

Olhares econômicos e ambientais para as armações baleeiras: a defesa da racionalização da produção de óleo de baleia no primeiro quartel do século XIX

João Pacheco de Souza

Roberta Barros Meira

Introdução

As armações baleeiras constituíram-se como empreendimentos litorâneos que buscaram dinamizar as atividades econômicas em diversas regiões da América Portuguesa. Em Santa Catarina, a importância da instalação de estruturas extremamente complexas que envolviam desde a caça até a produção e a comercialização do óleo de baleia estava na produção de renda para uma região secundária da economia colonial, mas que se constituía como espaço estratégico de proteção das fronteiras portuguesas. As vilas litorâneas passaram a ter na caça da baleia matéria-prima para a fabricação de óleo, sabão e velas, assim como renda para os contratadores e para a Coroa.¹ (SOUZA, 2016).

Frei Vicente de Salvador (1918, 396-397) ressaltou os diversos impactos das armações baleeiras em 1627, chamando a atenção para o muito proveito que se tirava com a caça da baleia. O óleo de baleia e seus subprodutos eram direcionados tanto para o mercado externo como para a utilização na própria Colônia. Exemplos seriam o seu uso no reboque dos navios, nas construções e, principalmente, na iluminação, contribuindo para estimular o mercado interno, a construção naval, a ocupação e o crescimento de algumas regiões.

É preciso que se atente, também, como defende Fabiana Comerlato (1998), que as armações funcionavam, igualmente, como espaços de vivências, de relações interétnicas, de trabalhadores distintos, de atividades variadas, constituindo-se como verdadeiros espaços sociais (COMERLATO, 1998). No que se refere à formação de núcleos populacionais, as armações tiveram uma importância fulcral, constituindo-se como instrumento de ocupação territorial, de legitimação da posse da terra e “como

¹ Relevar que a caça à baleia era um monopólio régio desde 1614, quando passou a ser considerado um peixe-real.

fonte de elemento de atração para novos agentes de desenvolvimento, como autênticas aldeias” (ELLIS, 1958, p. 57-58).

Por outro lado, é importante lembrar que esses empreendimentos complexos são tema ainda marginal na historiografia.² Ou seja, as armações baleeiras descortinam questões ainda pouco exploradas na História do Brasil Colônia, revelando não só os profundos impactos econômicos, demográficos e militares dessa atividade na região Sul do Brasil, mas também indagações sobre a necessidade de mudanças na caça e produção do óleo de baleia. Ademais, as falas de estadistas e viajantes do período apresentam uma antevisão sobre o futuro sombrio das armações pela permanência de uma relação predatória com a natureza.

1. A racionalização do processo produtivo das armações baleeiras

As armações baleeiras de Santa Catarina remontam ao século XVIII³, em um momento em que já se delineava o aumento do consumo do óleo de baleia, principalmente para a iluminação.⁴ No entanto, já no início do século XIX, a caça à baleia encontrava obstáculos que passavam desde os danos ambientais até a incapacidade de competir no mercado externo. O final do Contrato de pesca das baleias em 1801 também marcou o fim do monopólio da pesca das baleias no Brasil e, como não houve arrematação ou venda das Armações, essas ficaram sob a administração da Fazenda Nacional até 1816.

Durante o período entre 1816-1825, percebe-se um esforço para reativar as atividades baleeiras. Em 1816, as atividades relacionadas à pesca da baleia no Brasil recebem um impulso visando o seu reerguimento. A empresa Siqueira e Lima estabeleceu um contrato com o Governo para administrar as Armações Baleeiras do Rio de Janeiro à Santa Catarina, inclusive Garopaba. Na prática, essa passagem para a

² Destacam-se, nesse caso, os trabalhos de Myriam Ellis (1969), Fabiana Comerlato (1998) e Wellington Castellucci Junior (2009).

³ Assim, foram criadas: a Armação da Piedade, em torno de 1743-1745; Lagoinha, na costa leste da Ilha de Santa Catarina em 1772; Itapocoroy, no município de Penha, instalada em 1788; e a Armação Baleeira de Garopaba entre os anos de 1793 e 1795.

⁴ Podemos destacar que o aumento do consumo não se deu apenas pela demanda do mercado externo, mas também pelo incremento da demanda no próprio mercado interno, principalmente, nas grandes cidades brasileiras como o Rio de Janeiro e Salvador. Exemplo disso seria a instalação, em 1794, no Rio de Janeiro, de cem lampiões com candeeiros no centro da cidade (DUNLOP, 1949)

gestão direta da Coroa Portuguesa levou à decadência da pesca das baleias e à dilapidação do seu patrimônio (SOUZA; MEIRA, 2019).

Essa crise vivida pelas armações baleeiras seria retratada tanto por estadistas como por viajantes que passaram por Santa Catarina. Ao estudar as armações baleeiras na sua *Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*, José Bonifácio de Andrada e Silva descreve o cenário nada favorável para a atividade no Brasil já em 1790. A concorrência com os norte-americanos, holandeses, franceses, ingleses, suecos e dinamarqueses acabava prejudicando a participação do produto das colônias portuguesas no mercado internacional. Para ele, as primeiras medidas deveriam passar por políticas de incentivos, como: o aumento de direito sobre os produtos estrangeiros e “os prêmios e sanção de tributos por certo tempo aos que estabeleceram novas armações”. (ANDRADE E SILVA, 1965, p. 390).

No mais, José Bonifácio destacaria as restrições de pesca que somente se davam na barra,⁵ os métodos atrasados e insustentáveis de caçar baleias, os péssimos métodos de produção de azeite, o alto consumo de lenha pela má construção das fornalhas, o emprego de mão de obra não especializada e de escravizados, a pouca preocupação na construção de bons arpões, lanchas e ganchos, os gastos supérfluos no processo de extração do óleo e o pouco investimento em maquinário, dentre outros problemas. O que chama mais atenção, no entanto, é a ênfase dada ao processo precatório que vigorava no Brasil, comprometendo as gerações futuras. A necessidade de um processo de racionalização da exploração dos chamados “recursos naturais” era premente, uma vez que era preciso evitar assim que a atividade econômica desenvolvida pelas armações se tornasse insustentável.⁶ Aliás, a descrição feita sobre a prática de matar os baleotes para capturar as mães é uma das descrições mais reveladoras da irracionalidade e dos danos ambientais perpetrados por esses homens.

Deve certo merecer também grade contemplação a perniciosa prática de matarem os baleotes de arpoarem as mães com maior facilidade. Tem essas tanto amor aos seus filhinhos, que quase sempre os trazem as barbatanas para lhes darem leite; e se porventura lhes matam, não desamparam o lugar, sem deixar igual a vida na ponta dos arpões; é seu amor tamanho, que podendo demorar-se no fundo da água por mais de meia hora sem vir respirar acima, e escapar assim ao perigo,

⁵ José Bonifácio (p. 397) ressalta a pesca em alto mar por outros países, muito mais lucrativa, a seu ver.

⁶ Para o conceito de desenvolvimento insustentável, ver Warren Dean (2004).

que as ameaça, folgam antes expor a vida para salvarem a dos filhotes, que não podem estar sem respirar por tanto tempo. Essa ternura das mães facilita sem dúvida a pesca; e o método de matar primeiro os baleotes pequenos para segurar as mães, que enraivecidas muitas vezes viram as lanchas, parece visto a vulto excelente, mas olhando de perto é mau, e trará consigo, a não se prover nisso, a ruína total desta tão importante pescaria. (ANDRADE E SILVA, 1965, p. 398)

Em sua *Viagem a província de Santa Catharina* algumas décadas depois, Saint-Hilaire foi um arguto e crítico observador da sociedade brasileira. Observou costumes, práticas administrativas, relações de poder, estrutura social, formas de ocupação e exploração da terra, produções agrícolas, comércio, arquitetura, demografia e a escravidão (KURY, 2003). Ademais, no rol das suas denúncias encontram-se os prejuízos econômicos e ambientais da caça predatória das baleias.

Como esses animais só tem um filho de uma só vez, o seu número quando ali estive, já se achava em sensível decréscimo. Nos primeiros anos do estabelecimento das armações, isto é, por volta de 1748 a 1750, só pela Armação grande foram apanhadas cerca de 500 baleias e desde 1777, ano em que foi construída a armação de Itapocoroia, tinham sido pescadas, nas suas proximidades, cerca de 300; mas, em 1819, todas as armações reunidas haviam conseguido apanhar apenas 59. (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 132)

Considerações finais

Releva notar que os pensamentos constantes sobre os problemas encontrados nas armações baleeiras, presente nas obras desses autores, não manifestava a preocupação com a proteção ao Patrimônio Ambiental, uma vez que esses homens se pautavam principalmente por uma visão utilitarista da natureza (PADUA, 2002). Ou seja, vê-se a sua atenção dirigida aos problemas econômicos gerados pela diminuição do número de baleias, que inviabilizaria completamente o funcionamento das armações baleeiras no Brasil. Desta feita, a exploração sem limites, descompromissada com a racionalização da produção, não prejudicava somente a natureza, mas também a própria empresa em si.

Ora, o debacle que marcaria a realidade das armações baleeiras alguns anos depois dos apontamentos de Saint-Hilaire e de José Bonifácio sinaliza para a quebra da percepção de uma natureza inesgotável no Brasil. Ademais, o desmatamento das áreas próximas às armações, os parques investimentos no sistema produtivo e a exploração tanto dos homens livres como de escravizados deixa entrever uma preocupação muito

maior com os lucros rápidos auferidos pelos contratadores e pela Coroa Portuguesa do que com uma contribuição para a diversificação e racionalização da produção da Colônia. As memórias sobre as armações baleeiras aclaram as consequências negativas da relação entre o homem e a natureza daquele tempo e apontam para temas fulcrais para a História Ambiental e a História Econômica do Brasil tanto no passado como no porvir.

Referências

SILVA, Jose Bonifacio de A. e. Memoria sobre a pesca das baleias, e extracao do seu azeite, com algumas reflexoes a respeito das nossas pescarias. In: FALCAO, Edgard de C. (Org.). **Obras científicas, políticas e sociais de Jose Bonifacio de Andrada e Silva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, (1790) 1965.

COMERLATO, Fabiana. **Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes**: um estudo através da arqueologia histórica. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

DUNLOP, Charles. **Apontamentos para a história da iluminação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Light, 1949.

ELLIS, Myriam. Aspectos da pesca da baleia no Brasil Colonial. XIV. **Coleção da Revista de História**. São Paulo, 1958.

KURY, Lorelai. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. **Intellectus**, v. 3, 2003.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de Santa Catharina** (1820). São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1936.

SALVADOR, Frei Vicente de. **História do Brasil** (1550-1627). São Paulo: Editora Itatiaia, 1982.

SOUZA, João Pacheco de. **Armação baleeira de São Joaquim de Garopaba**: um olhar sobre a história de um patrimônio. Dissertação – (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Univille, 2016).

SOUZA, JOÃO PACHECO; MEIRA, ROBERTA BARROS. A Armação Baleeira de Garopaba: sua justa dimensão. **ESBOÇOS (UFSC)**, v. 25, p. 413-434, 2019.